

12. PROPOSTA DE REGULAMENTO INTERNO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS:

Do **SR. VEREADOR ALTINO BESSA** submetendo a proposta de Regulamento Interno da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, nos termos da alínea k), nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, proposta essa que se anexa.

Proposta

As Comissões Municipais de Defesa da Floresta contra Incêndios, integram o Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios, determinado pelo Decreto-Lei nº 124/2006, de 28 de junho.

Na sequência da publicação do Decreto-Lei nº 17/2009, de 14 de janeiro que, além de proceder à reestruturação do Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios, designa as Comissões Municipais de Defesa da Floresta (CMDF) como estruturas de articulação, planeamento e ação que têm como missão a coordenação de programas de defesa da floresta, nos termos do artigo 3º-A e reformula as atribuições das CMDF, tornou-se necessário verter algumas disposições legais e procedimentos em regulamento próprio, nomeadamente, ao nível da emissão de pareceres para licenciamento de construções em solo rural não consolidado.

Assim, a Comissão Municipal de Defesa de Floresta, deliberou por unanimidade aprovar o respetivo Regulamento da Comissão Municipal de Defesa da Floresta de Braga, que é agora submetido para aprovação do Executivo Municipal, nos termos da al. k), nº 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12/09, que define o Regime Jurídico das Autarquias Locais.

Braga, 06 de julho de 2020

O Vereador com a responsabilidade da Proteção Civil,



Altino Bessa, Eng.º

Regulamento da Comissão Municipal de Defesa da Floresta

Preâmbulo

Considerando o Decreto-Lei nº 124/2006 de 28 de junho, que define o Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios, adiante designado SDFCI, com as alterações vigentes, prevê a existência em cada Município de uma Comissão Municipal de Defesa de Floresta (CMDF), estando as suas competências expressamente consagradas nos artigos 3º-A, 3º-B e 3º D do diploma.

Atendendo à publicação do Decreto-Lei nº 17/2009, de 14 de janeiro que, além de proceder à reestruturação do Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios, designa as Comissões Municipais de Defesa da Floresta como estruturas de articulação, planeamento e ação que têm como missão a coordenação de programas de defesa da floresta, alargando algumas das suas atribuições, importa criar condições para que este órgão especializado de defesa da floresta possa desenvolver a sua atividade com o máximo de eficácia e de oportunidade, de modo a que as suas deliberações possam ser tomadas em tempo útil, contribuindo de forma proactiva para a redução dos riscos que afetam a floresta e, de forma reativa, para a minimização dos prejuízos sempre que a prevenção não alcance a plenitude dos seus objetivos. A assertividade que se espera desta estrutura para a defesa da floresta, será tão mais conseguida quanto maior for a articulação entre todos os seus membros e a estruturação clara do seu funcionamento e operacionalização.

Nestes termos, para cumprimento do disposto nos mencionados diplomas legais, a Comissão Municipal de defesa da Floresta aprova o seguinte Regulamento Interno:

Artigo 1º

Âmbito, Natureza e Missão

A Comissão Municipal de Defesa da Floresta de Braga – CMDF, é uma estrutura de articulação, planeamento e ação que tem como missão principal a coordenação de programas e medidas de defesa da floresta.

Artigo 2º

Atribuições

1. A Comissão Municipal de Defesa da Floresta tem como atribuições:
 - a) Articular a atuação dos organismos com competências em matéria de defesa da floresta, na sua área geográfica;
 - b) Avaliar e emitir parecer sobre o plano municipal de defesa da floresta contra incêndios (PMDFCI);
 - c) Propor projetos de investimento na prevenção e proteção da floresta contra incêndios, de acordo com os planos aplicáveis;
 - d) Apreciar o relatório anual de execução do PMDFCI a apresentar pela Câmara Municipal;
 - e) Acompanhar o desenvolvimento dos programas de controlo de agentes bióticos e promover ações de proteção florestal;
 - f) Acompanhar o desenvolvimento das ações de sensibilização da população, conforme plano nacional de sensibilização elaborado pelo ICNF, I.P;
 - g) Promover ao nível das unidades locais de proteção civil, a criação de equipas de voluntários de apoio à defesa contra incêndios em aglomerados rurais e apoiar na identificação e formação do pessoal afeto a esta missão, para que possa atuar em condições de segurança, em articulação com a Comissão Municipal de Proteção Civil;
 - h) Proceder à identificação e aconselhar a sinalização das infraestruturas florestais de prevenção e proteção da floresta contra incêndios, para uma atualização mais rápida e eficaz por parte dos meios de combate;
 - i) Identificar e propor as áreas florestais a sujeitar a informação especial, com vista ao condicionamento do acesso, circulação e permanência;
 - j) Colaborar na divulgação de avisos às populações;
 - k) Avaliar os planos de fogo controlado que lhe forem apresentados pelas entidades proponentes, no âmbito do previsto no Regulamento do Fogo Controlado;
 - l) Emitir, quando solicitado, parecer sobre os programas nacionais de defesa da floresta;
 - m) Emitir os pareceres previstos no art.º 16º do Decreto-Lei nº 124/2006, de 28 de junho, na redação atualizada pela Lei nº 76/2017, de 17 de agosto e pelo Decreto-Lei nº 14/2019, de 21 de janeiro, nomeadamente sobre as medidas de minimização do perigo de incêndio, incluindo as medidas relativas à contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios nas edificações e nos respetivos acessos, bem como à defesa e resistência das edificações à passagem do fogo;
 - n) Aprovar a delimitação das áreas identificadas em sede do planeamento municipal com potencial para a prática de fogo de gestão de combustível.

Artigo 3º

Composição

1. A Comissão Municipal de Defesa da Floresta de Braga – CMDF tem, nos termos da lei, a seguinte composição:
 - a) O Presidente da Câmara Municipal ou vereador com competências delegadas, que preside;
 - b) O Coordenador Municipal de Proteção Civil;
 - c) Um representante das freguesias do concelho, designado pela Assembleia Municipal;
 - d) Um representante do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF, I.P.);
 - e) O Comandante ou seu representante da Companhia de Bombeiros Sapadores de Braga (BSB);
 - f) O Comandante ou seu representante dos Bombeiros Voluntários de Braga (BVB);
 - g) Um representante da Guarda Nacional Republicana (GNR);
 - h) Um representante da Polícia de Segurança Pública (PSP);
 - i) Um representante da Polícia Municipal (PM);
 - j) Um representante da Associação Florestal do Cávado (AFC);
 - k) Representantes da IP, SA (Infraestruturas de Portugal);
 - l) Um representante do Regimento de Cavalaria n.º 6;
 - m) Um representante do IMT, IP (Instituto da Mobilidade e dos Transportes);
 - n) Um representante da REN (Rede Elétrica Nacional);
 - o) Um representante da EDP (Eletricidade de Portugal);
2. Sempre que a Comissão Municipal de Defesa da Floresta tenha que emitir parecer vinculativo nos termos do artigo 16º do Decreto-lei n.º 124/2006, de 28 de junho, esta deve integrar obrigatoriamente:
 - a) Um representante da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte
 - b) Um representante da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte;
 - c) Um representante da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil.
3. Podem integrar esta Comissão e participar nas respetivas reuniões outras entidades e personalidades a convite do presidente da comissão.
4. As entidades podem, se assim o entenderem, indicar representantes suplentes para as faltas e impedimentos dos representantes efetivos.
5. O desempenho de funções na comissão prevista no presente artigo não confere direito a qualquer remuneração, senhas de presença ou ajudas de custo.
6. Os membros da Comissão obrigam-se a disponibilizar dois endereços eletrónicos, sendo um obrigatoriamente institucional, que servirão como única forma de contacto de e para a Comissão, incluindo o envio de convocações e demais documentação.

Artigo 4º

Instalação

1. A convocatória para o ato de instalação da Comissão, os procedimentos de instalação e o funcionamento da primeira reunião são determinados pelo Presidente da Comissão.
2. O funcionamento subsequente da Comissão rege-se pelo presente regulamento e subsidiariamente pelos artigos 21º a 35º do Código de Procedimento Administrativo.

Artigo 5º

Apoio à Comissão

1. O apoio técnico e administrativo é assegurado pela Divisão de Proteção Civil através do Gabinete Técnico Florestal.

Artigo 6º

Periodicidade e Local das Reuniões

1. A Comissão reúne ordinariamente duas vezes por ano e extraordinariamente sempre que se justifique, nomeadamente para emitir parecer sobre pretensão de edificar em espaço rural.
2. As reuniões realizam-se nas instalações da Divisão de Proteção Civil, no antigo edifício da Companhia de Bombeiros Sapadores de Braga, sem prejuízo de poderem ocorrer noutro local do território municipal, por decisão do Presidente da Comissão.

Artigo 7º

Funcionamento

1. As reuniões ordinárias são agendadas mediante convocatória escrita do Presidente da CMDF, enviada a todos os membros da Comissão com antecedência mínima de 10 dias.
2. As reuniões extraordinárias são convocadas pelo Presidente da CMDF, por sua iniciativa ou a requerimento de pelo menos um terço dos seus membros, entregue com uma antecedência de 15 dias devendo neste caso o respetivo requerimento conter a indicação do assunto a tratar.
3. As reuniões extraordinárias deverão ser convocadas com uma antecedência mínima de 48 horas.
4. Da convocatória deve constar, de forma expressa e especificada, a ordem de trabalhos da reunião.
5. Sempre que a ordem de trabalhos integre a emissão de parecer sobre pretensão de edificar em espaço rural, o respetivo processo deve ser enviado com uma antecedência mínima de 10 dias úteis.

Artigo 8º

Competências do Presidente da Comissão

1. Compete ao Presidente da Comissão:
 - a) Marcar e convocar reuniões;
 - b) Definir a ordem de trabalhos;
 - c) Abrir e encerrar as reuniões;
 - d) Dirigir os trabalhos;
 - e) Assegurar o cumprimento das leis e a regularidade das deliberações;
 - f) Suspender ou encerrar, antecipadamente, as reuniões quando circunstâncias excecionais o justifiquem, mediante decisão fundamentada, a incluir na ata da reunião, podendo a decisão ser revogada em recurso imediatamente interposto e votado, de forma não tumultuosa, por maioria de dois terços dos Membros com direito a voto;
 - g) Marcar dia e hora para o prosseguimento da reunião ou determinar que os assuntos não tratados integrem a ordem de trabalhos da sessão ordinária seguinte;
 - h) Dirigir e coordenar os trabalhos da Comissão, estimulando e incentivando a participação ordenada dos seus Membros;
 - i) Assegurar que a Comissão tome decisões efetivas, recorrendo, sempre que necessário, ao recurso à votação, por forma a evitar o prolongamento excessivo dos trabalhos;
 - j) Reagir judicialmente contra deliberações tomadas pelo órgão a que preside quando as considere ilegais, impugnando atos administrativos ou normas regulamentares ou pedindo a declaração de ilegalidade por omissão de normas, bem como requerer as providências cautelares adequadas;
 - k) Executar as deliberações da Comissão, designadamente dando seguimento aos pareceres, recomendações e propostas;
 - l) Assinar a correspondência em nome da Comissão;
 - m) Dar publicidade às deliberações da Comissão;
 - n) Interpretar o Regulamento da Comissão;
 - o) Exercer as demais competências que lhe forem cometidas por lei, decorrentes do presente Regulamento ou de deliberação da Comissão.

Artigo 9º

Ordem de trabalhos

1. Cada reunião terá uma Ordem de trabalhos estabelecida pelo Presidente.
2. O Presidente deve incluir na ordem de trabalhos todos os assuntos a tratar, incluindo os que lhe forem indicados por qualquer membro da Comissão, desde que se incluam nas competências desta e que o pedido seja apresentado por escrito com a antecedência mínima de dez dias sobre a data da reunião.
3. A ordem de trabalhos deve ser enviada a todos os membros da Comissão com respetiva convocatória, com a antecedência mínima de 10 dias da data da reunião.
4. Em cada reunião ordinária haverá um período de “antes da ordem de trabalhos”, que não poderá exceder trinta minutos, para discussão e análise de quaisquer assuntos não incluídos na ordem de trabalhos.

Artigo 10º

Quórum Constitutivo

1. A Comissão funciona com a presença da maioria dos seus membros com direito a voto.
2. Se à hora designada para o início dos trabalhos não estiverem presentes a maioria dos membros com direito a voto, a reunião iniciar-se-á decorridos trinta minutos, desde que esteja garantida a presença de um terço dos seus membros.
3. Os representantes das entidades podem participar nas reuniões através de teleconferência, ou outros meios similares, devendo o Município dispor de maior para os efeitos.

Artigo 11º

Quórum deliberativo

- 1 - As deliberações são tomadas por maioria de votos dos membros com direito a voto presentes à reunião.
- 2 - É proibida a abstenção aos membros dos órgãos consultivos e aos dos órgãos deliberativos, quando no exercício de funções consultivas.
- 3 - Em caso de empate na votação, o presidente tem voto de qualidade, ou, sendo caso disso, de desempate.
- 4 - Só podem ser tomadas deliberações cujo objeto se inclua na ordem do dia da reunião.
- 5 - Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que, numa reunião ordinária, pelo menos dois terços dos membros do órgão reconheçam a urgência de deliberação imediata sobre assunto não incluído na ordem do dia.

Artigo 12º

Pareceres

1. Os projetos de parecer, bem como toda a documentação de suporte, deverão ser enviados aos membros da Comissão com pelo menos 10 dias úteis de antecedência relativamente à data da reunião.
2. Será facultado às entidades que integram a Comissão a consulta escrita, relativamente aos assuntos sujeitos a deliberação, devendo os mesmos pronunciar-se até ao último dia útil anterior à data da reunião.
3. Os pareceres são votados individualmente, considerando-se aprovados quando reúnam o voto favorável da maioria simples dos membros presentes na reunião.
4. Quando um parecer for aprovado com votos contra, os membros discordantes devem, se assim o entenderem, formular de imediato a sua declaração de voto para que a mesma seja incluída no parecer e na minuta da deliberação.

Artigo 13º

Ata das Reuniões

1. Compete ao Gabinete Técnico Florestal elaborar as atas das reuniões e manter um registo de presenças nas reuniões.
2. Em cada reunião será lavrada ata na qual se registará o que de essencial se tiver passado, nomeadamente as faltas verificadas, os assuntos apreciados, os pareceres emitidos, o resultado das votações e as declarações de voto.
3. As atas são enviadas para análise a todos os membros da Comissão e serão postas à aprovação na reunião seguinte, sem prejuízo de as deliberações que careçam de execução imediata, nomeadamente a emissão de pareceres, serem aprovadas em minuta, no decurso da reunião.
4. As deliberações dos órgãos colegiais só se tornam eficazes depois de aprovadas as respetivas atas ou depois de assinadas as minutas e a eficácia das deliberações constantes da minuta cessa se a ata da mesma reunião não as reproduzir.
5. Os membros do órgão colegial podem fazer constar da ata o seu voto de vencido, enunciando as razões que o justifiquem.
6. Aqueles que ficarem vencidos na deliberação tomada e fizerem registo da respetiva declaração de voto na ata ficam isentos da responsabilidade que daquela eventualmente resulte.
7. Nos pareceres emitidos ao abrigo do artigo 16.º do SDFCI a ata é elaborada na própria reunião e

submetida a aprovação no final da reunião, uma vez que será ela a incorporar o sentido daqueles pareceres.

Artigo 14º

Duração, natureza, direitos e deveres

1. Os membros da Comissão, representam as entidades que os designaram e são titulares de um único mandato que corresponde à duração do mandato dos órgãos municipais.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior a Comissão e os seus membros mantêm-se em funções até à primeira reunião do órgão, subsequente à instalação do novo executivo municipal.
3. Findo o mandato, os membros da Comissão podem ser reconduzidos nas respetivas funções ou substituídos por outros expressa e formalmente indicados pelas entidades que representam.
4. Salvo disposição legal em contrário, os membros da Comissão podem, em qualquer momento, ser substituídos por decisão da entidade que os designou.
5. São, em especial, deveres dos membros da Comissão:
 - a) Agir com isenção e independência no exercício das suas funções;
 - b) Comparecer e participar nas reuniões plenárias,
 - c) Participar ativamente nos trabalhos, designadamente intervindo e propondo, se necessário por escrito, com vista ao andamento das questões e à conformação das deliberações;
 - d) Desempenhar as demais funções que lhe forem cometidas para prossecução dos fins da Comissão;
 - e) Abster-se de emitir, publicamente, opinião sobre assuntos pendentes de decisão ou sobre posições assumidas na sua preparação e conformação.

Artigo 15º

Dever de colaboração

A Comissão deve colaborar com as instituições públicas, em especial com os órgãos do Município, prestando, no âmbito da sua competência e na medida das suas capacidades, o apoio que lhe for solicitado.

Artigo 16º

Encargos e despesas

Caso existam encargos e despesas da Comissão resultantes da aplicação da Lei e do presente regulamento são analisados e aprovados, casuisticamente, pelo Presidente da Câmara.

Artigo 17º

Alterações

Cada membro da Comissão poderá apresentar propostas de alteração ao presente regulamento, as quais só serão admitidas pelo Presidente desde que estejam de acordo com a legislação em vigor e subscritas por dois terços da totalidade dos membros da Comissão, em efetividade de funções.

Artigo 18º

Casos Omissos

Os casos omissos e as dúvidas suscitadas na interpretação e aplicação do presente regulamento serão resolvidos pela Comissão com recurso às disposições e princípios legais aplicáveis.

Artigo 19º

Aprovação e entrada em vigor

O presente regulamento será aprovado em reunião da Comissão Municipal de Defesa da Floresta e posteriormente será submetido a Reunião de Câmara, nos termos da al. k), nº 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013 de 12/09, que define o Regime Jurídico das Autarquias Locais, sendo publicado nos lugares públicos de estilo e no site do Município.